



## MANIFESTO SEM RESPONSABILIZAÇÃO

A própria academia é a responsável pelo que critica. Por Gustavo Biscaia de Lacerda, **página 2**



## É HORA DE COMPRAR NO EXTERIOR?

Instabilidade do câmbio e o fim da 'taxa das blusinhas'. Por Mauricio Nakahodo, **página 2**



## O CHÁ DE XI JINPING E PUTIN

'Estabilidade estratégica' com EUA está distante da cooperação China-Rússia. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

## Direita quer reduzir FGTS e criar jornada sem limite

A Comissão Especial que analisa as propostas de redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais e do fim da escala 6x1 adiou, para próxima segunda, a apresentação do parecer do relator, o deputado Leo Prates (Republicanos-PB). Pelo cronograma original, o relator divulgaria seu texto nesta quarta-feira.

O adiamento ocorre em meio à pressão de setores do empresariado e de partidos da direita (bolsonaristas e Centrão) para incluir uma regra de transição de 10 anos, com redução do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores - classificada pelos governistas como Bolsa Patrão - e exclusão de categorias consideradas essenciais.

Prates também falou que o PL e o Novo propuseram que trabalhadores que ganhem acima de dois tetos do INSS (R\$ 16.951,10) não tenham limite de jornada ou escala de trabalho. A alegação é que isso estimularia a formalização do trabalho, substituindo a contratação como pessoa jurídica (PJ).

O relator informou que precisa de mais tempo para negociar a regra de transição, mas que a data de votação do texto, previsto para o dia 26 de maio na Comissão, está mantida.

"Se tivesse a definição, o relatório seria apresentado nesta quarta. Mas ainda não há. Há diálogos, sem dúvida alguma. São pontos a serem esclarecidos, são pontos a serem acordados, mas o sentimento, sem dúvida alguma, em especial, digo ao trabalhador, é que é pensando em você", afirmou Prates.

O adiamento foi definido após reunião do relator, na noite de ontem, com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o líder do governo na Casa, deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

Uma das emendas apresentadas pelo deputado Sérgio Turra (PP-RS), que conta com assinatura de 176 deputados, afirma que o fim da escala 6x1 só entraria em vigor 10 anos após a promulgação da emenda constitucional. A sugestão ainda exclui da redução da jornada trabalhadores considerados "essenciais".

Além disso, a emenda reduz de 8% para 4% a contribuição patronal ao FGTS e isenta temporariamente a contribuição das empresas à Previdência Social, que atualmente é de 20% sobre o salário.



Arquivo/ABr

## Big techs devem prevenir conteúdos criminosos

### Decreto atualiza regras para o Marco Civil da Internet

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta quarta-feira (20), decreto que atualiza a regulamentação do Marco Civil da Internet. O texto trata dos deveres e possibilita a responsabilização das plataformas digitais sobre os conteúdos distribuídos em seus ecossistemas, o que afeta especialmente as big techs, como Google e Meta.

A medida ainda atribui competência à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para regular, fiscalizar e apurar infrações ao Marco Civil da Internet.

O governo aproveitou a decisão, em 2025, do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou o artigo 19 do Marco Civil da Internet - que trata da responsabilização das plataformas - parcialmente inconstitucional para regulamentar o assunto por decreto, já que a questão não avança no Congresso devido ao forte lobby das big techs.

Com as novas regras, o governo

está atualizando uma regulamentação que já existe desde 2016, quando foi publicado o Decreto 8.771, que detalhava as obrigações do Marco Civil da Internet.

O texto reforça que empresas que operam no Brasil precisam cumprir a legislação brasileira e atuar de forma proativa e proporcional para impedir a circulação massiva de conteúdos criminosos.

A assinatura ocorreu em cerimônia no Palácio do Planalto para marcar os 100 dias do Pacto Nacional Brasil Contra o Feminicídio. Na ocasião, Lula também firmou decreto que visa reforçar a proteção das mulheres no ambiente digital.

O decreto estabelece medidas para o enfrentamento de fraudes digitais, anúncios enganosos e redes artificiais utilizadas para a disseminação de golpes. Uma das mudanças é a obrigação de empresas que comercializam anúncios guardarem dados que permitam eventual responsabilização

dos autores e reparação de danos às vítimas.

As big techs também deverão agir preventivamente para impedir a circulação de postagens relacionadas a crimes graves, como terrorismo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, incentivo à automutilação e violência contra mulheres, conforme o entendimento firmado pelo STF em relação ao Marco Civil da Internet.

Nos casos de conteúdos criminosos impulsionados por publicidade paga, as plataformas poderão ser responsabilizadas quando houver falhas recorrentes na adoção de medidas para prevenir fraudes, golpes e crimes.

Para os demais casos, a remoção de publicações pode ocorrer após notificação, com espaço para análise pelas empresas, garantia de informação ao usuário notificante e dono do perfil ou conteúdo, e possibilidade de contestação da decisão.

## Ata do Fed sugere aumento de taxas de juros se inflação seguir acima de 2%

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) do Federal Reserve indicou em sua última reunião que um endurecimento da política monetária será necessário caso a inflação continue em alta e acima de 2%, em linha com a manutenção do duplo mandato do Banco Central: pleno emprego e estabilidade de preços.

Apesar dessa afirmação, os membros do Comitê sinalizaram que a persistência de altos níveis de inflação, juntamente com a

incerteza sobre a duração e as implicações econômicas do conflito no Oriente Médio, poderia exigir a manutenção da postura atual por mais tempo do que o previsto.

Nesse sentido, o Fomc optou por manter as taxas de juros na faixa-alvo de 3,50% a 3,75%, tendo em vista os efeitos incertos da guerra, incerteza que, quase um mês após a última reunião, ainda persiste.

No entanto, embora quase todos os membros tenham se

mostrado a favor da decisão, os membros Beth Hammack, Neel Kashkari e Lorie Logan preferiram não endossar as declarações do Fomc que apontavam para uma possível redução das taxas em futuras decisões de política monetária.

A reunião do Banco Central foi a última com Jerome Powell no cargo de presidente, e a próxima reunião do Fed terá Kevin Warsh à frente, que deverá enfrentar o desafio de controlar a inflação, segundo a Europa Press.

## Com paz à vista, títulos dos EUA caem e bolsas sobem

Depois de bater recordes de quase 20 anos, os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA tiveram queda expressiva nesta quarta-feira, na esteira de nova promessa de acordo de paz entre os Estados Unidos e Israel com o Irã e a volta do tráfego marítimo, especialmente de petroleiros, no Estreito de Ormuz.

No mercado brasileiro, sem novas denúncias na relação entre Flávio Bolsonaro e o banqueiro preso Daniel Vorcaro, o dólar caiu e a Bolsa de Valores subiu. A moeda estadunidense fechou cotada a R\$ 5,003, queda de 0,74%. A B3 teve valorização de 1,77%, para 177.355,73 pontos.

O dólar também se desvalorizou no cenário global. O índice DXY, que mede o valor da moeda em relação a seis outras moedas principais, caiu 0,24%, para 99,09, às 19h GMT. No final do pregão em Nova York, o euro subiu para US\$ 1,1631, ante US\$ 1,1604 na sessão anterior, e a libra esterlina subiu para US\$ 1,3442, ante US\$ 1,3397 na sessão anterior.

As ações das Bolsas dos EUA fecharam em alta. O Dow Jones Industrial Average subiu 1,31%, para 50.009,35 pontos. O S&P 500 valorizou 1,08%, para 7.432,97. O Nasdaq Composite Index subiu 1,55%, para 26.270,359 pontos.

Os preços do petróleo caíram. O contrato West Texas Intermediate (WTI) para entrega em julho recuou 5,66%, fechando a US\$ 98,26. O petróleo Brent para entrega em julho perdeu 5,63%, fechando a US\$ 105,02 o barril.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0160
Dólar Turismo	R\$ 5,2052
Euro	R\$ 5,8340
Iuan	R\$ 0,7402
Ouro (gr)	R\$ 731,20

### ÍNDICES

IGP-M	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

# Manifesto pela liberdade acadêmica sem (auto)responsabilização

Por Gustavo Biscaia de Lacerda

Há algumas semanas, um grupo heterogêneo de professores universitários de ciências sociais lançou um Manifesto pelo Pluralismo e pela Liberdade Acadêmica. Esse documento é notável tanto pelo que diz quanto pelo que não diz, bem como pelo local em que foi redigido e por seus subscritores iniciais, e exige algumas reflexões.

O documento foi originalmente assinado por cientistas sociais de grande projeção nacional, alguns dos quais têm colunas fixas em grandes jornais impressos (Maria Hermínia Tavares e Wilson Gomes, na *Folha de S. Paulo*, Pablo Ortellado, no *Estadão*). Para além disso, há subscritores habitualmente discretos e que costumam recusar-se a assinar manifestos político-acadêmicos. (Fui aluno e tenho relações de amizade com vários deles, vale notar.)

Por outro lado, esse documento foi elaborado e publicado originalmente em São Paulo, reunindo pesquisadores que circundam o ambiente paulista (ou seja, que trabalham e/ou que estudaram lá). Claro que há exceções a essa descrição geral, mas, basicamente, trata-se de um documento paulista, aberto à adesão dos demais.

O que esse documento afirma explicitamente? Ele

afirma que as universidades públicas (federais e estaduais) nos últimos anos têm sido caracterizadas por um ambiente político tóxico, de restrição das liberdades de pensamento e de exposição, com agressivos impedimentos da manifestação de ideias, bem como do mais intenso patrulhamento moral e ideológico. Em face disso, clama-se pela reversão da intolerância e pela reinstalação da liberdade acadêmica.

O documento tem tido muitas adesões, o que sugere que o problema denunciado é real; de nossa parte, a esse respeito, concordamos totalmente.

Mas, como dissemos há pouco, esse manifesto é notável não só pelo que explicita, mas também pelo silêncio. E os silêncios são tão, ou até mais, eloquentes que suas afirmações.

O manifesto denuncia alguns graves problemas e clama por sua reversão; ou seja, ele critica alguns efeitos e busca a sua inversão. Todavia, o documento mantém-se resolutamente em silêncio a respeito dos fatores que resultaram nesses fenômenos, bem como de seus agentes produtores.

Assim, o manifesto age no vazio ou no limbo. Fala-se dos efeitos, mas cala-se a respeito das causas e dos causadores. Os autores do manifesto são cientistas sociais, todos com décadas de pesquisas empíricas e teóricas; o silêncio a respeito das

causas e de seus produtores não é casual, mas profundamente intencional.

O fato simples e direto é que os causadores da situação denunciada no documento são os próprios acadêmicos. Por certo que a maior parte dos autores do manifesto são mais ou menos inocentes a respeito e que alguns deles há muito tempo são críticos francos da situação denunciada. Ainda assim, os professores universitários, em seu conjunto, são os responsáveis pela situação que criticam e de cujos efeitos agora padecem.

É porque não querem assumir as próprias responsabilidades – em bom português: porque não querem assumir as próprias mancadadas – que o documento se mantém obsequiosamente em silêncio a respeito da origem e dos autores desses problemas.

Por que os professores universitários são os responsáveis pelo atual ambiente tóxico, de patrulhamento agressivo e intolerante? Pura e simplesmente, porque os professores universitários estimularam durante décadas (quando não ainda estimulam) esse comportamento; ou, então, porque se mantiveram (e mantêm-se) omissos a respeito.

Na verdade, o que o documento denuncia é a realidade social mais ampla há muito tempo: os professores universitários reclamam agora porque eles

próprios têm que lidar com as consequências de suas ações e de suas omissões que, até então, graciosamente eles reservavam para “os outros”. (Perseguições, favorecimentos, vingancinhas, filhotismo... a academia é plena desse gênero de mesquinharia, inclusive praticada por vários autores do manifesto: cinismo e hipocrisia.)

Mais que apoio ativo ou omissão para comportamentos práticos, os professores universitários são os responsáveis pelo que agora denunciam porque muitas ideias (“teorias”) que ensinam, propagam, pelas quais militam, são ideias que conduzem diretamente ao resultado prático agora vivido.

É sempre fácil se afirmar que as ideias são apenas ideias, que não têm resultados práticos por si sós. Ora, nem os autores nem os subscritores do manifesto aceitarão a concepção academicista da “torre de marfim”, segundo a qual a ciência deve ser cultivada pela própria ciência, ou que a erudição deve ser cultivada pela própria erudição.

Claro que há correntes teóricas que não sabem justificar por que fazem o que fazem (é o caso dos weberianos); ainda assim, pelo menos em princípio, todos concordam que as produções acadêmicas, aí incluídas as teóricas, devem ter alguma utilidade social.

Quais ideias conduzem

ao que se critica no manifesto? É certo que os autores e os subscritores do manifesto não têm todos as mesmas ideias; aliás, certamente, estão muito longe de convergências nesse sentido.

A despeito disso, na academia vige a concepção de que a “crítica” sistemática é uma virtude intelectual, moral e prática: não o examine cuidadoso das ideias, das realidades, o confronto sistemático entre uma coisa e outra, mas a crítica como a destruição sistemática de todas as concepções, a noção de que o progresso consistiria na destruição sistemática do passado.

A isso se junta a concepção de que “tudo é poder”: se tudo é poder e política, tudo é disputa e, portanto, não há espaço para acordo, diálogo, tolerância, paciência – nem convencimento, nem pesquisa científica efetiva.

Essa mentalidade originalmente foi instalada na academia com o marxismo. Mas o marxismo tem um intelectualismo que se ajusta bem à vida acadêmica e, em todo caso, ele não é mais tão relevante. É um bastardo do marxismo o responsável pela situação denunciada no manifesto: o identitarismo. Todas as situações denunciadas no documento – faciosismo, estímulo ao ódio e ao ressentimento, particularismo agressivo, intolerância – são características de identitarismo.

Ocorre que muitos dos autores e subscritores do manifesto são promotores ativos do identitarismo. E, quando não são adeptos/promotores, são pelo menos omissos a respeito – todos fingindo que essas ideias não têm, necessariamente, os resultados que têm e que agora se voltam contra a academia.

(Por falta de espaço, não comentaremos a busca ávida dos identitários por influir nas políticas públicas. Notemos apenas que os identitários, não por acaso, abominam a laicidade do Estado, ou seja, buscam usar o Estado para impor agressivamente suas crenças.)

O identitarismo é uma filosofia e uma prática política profundamente acadêmica. Quando autores e subscritores do manifesto calam-se a respeito das causas do que denunciam, é porque não querem assumir que a própria academia, ao manter e estimular o identitarismo, é a responsável pelo que critica.

Assim, critica-se uma situação, mas não se assume a responsabilidade pela situação criticada. Afinal, quem quer fazer um mea culpa? Mais fácil que assumir as próprias mancadadas é criticar no limbo uma situação e fingir que a culpa é “dos outros”.

Gustavo Biscaia de Lacerda é sociólogo da UFPR e doutor em sociologia política.

## Fim da ‘taxa das blusinhas’: é hora de comprar no exterior?

Por Mauricio Nakabodo

A taxa das blusinhas foi zerada para compras de até 50 dólares. Mas isso não significa, automaticamente, que ficou barato comprar no exterior. Do ponto de vista tributário, a retirada do imposto federal de importação sobre compras internacionais de até US\$ 50 melhora o preço relativo desses produtos. Entretanto, do pon-

to de vista financeiro, a conta é mais complexa.

O consumidor brasileiro paga em reais. Então quando o dólar sobe, parte — ou até a totalidade — do benefício da redução do imposto pode ser neutralizada pela desvalorização cambial. Essa questão é especialmente importante em momentos de maior instabilidade econômica, política, geopolítica, e por consequência, aumento da percepção de risco que podem pressionar o câmbio.

Há também uma ar-

madilha comportamental relevante. Quando o consumidor lê “taxa zerada” ou “fim da taxa”, tende a ancorar sua decisão nessa informação positiva. A pessoa foca no ganho aparente e pode subestimar outros custos. No fim, o que importa é a conta completa: produto + frete + câmbio + ICMS + eventuais taxas + prazo de entrega + risco de troca/devolução + comparação com o preço no Brasil.

**Dicas práticas:**

– Considere o preço fi-

nal em reais, não apenas o preço em dólar;

– Tenha cuidado com o cartão de crédito e com a cotação exata usada na conversão de dólar para reais;

– Lembre que ainda há cobrança de ICMS, e a alíquota pode variar conforme o estado que você mora;

– Avalie garantia, troca, devolução e assistência no Brasil;

– Compare com produtos similares vendidos no mercado nacional: a com-

paração não deve considerar apenas o preço;

– Avalie o prazo de entrega, confiabilidade do vendedor, garantia, suporte técnico, possibilidade de troca e risco de problemas logísticos. Às vezes, o produto nacional ou já disponível no Brasil pode ser mais vantajoso quando todos esses fatores entram na conta;

– Mantenha sempre a consciência ativa para inibir as compras por impulso que levam a gastos desnecessários e arrependimento posterior.

A taxa zerada cria senso de oportunidade para as pessoas, mas oportunidade real é quando o produto é necessário ou importante, cabe no orçamento atual, não compromete a renda futura via endividamento e continua com preço vantajoso depois de todos os custos considerados.

Mauricio Nakabodo, sócio-fundador da MINakabodo Economia e Finanças, é professor de economia e de educação financeira da faculdade Eseg, do grupo Etapa.

# Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A  
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável  
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à  
**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## O chá de Xi Jinping e Putin

O presidente chinês, Xi Jinping, e o presidente russo, Vladimir Putin, conversaram durante um chá nesta quarta-feira no Grande Salão do Povo, em Beijing. A visita do líder da Rússia à China, menos de uma semana após a ida do presidente dos EUA, Donald Trump, permite algumas análises sobre resultados concretos e simbolismos.

Rússia e China assinaram 20 acordos de cooperação em áreas como economia e comércio, educação, ciência e tecnologia. Trump, por seu lado, que viajou acompanhado de dezenas de presidentes das grandes corporações estadunidenses, declarou ter obtido alguns negócios com os chineses; a China, porém, foi reticente e não confirmou (nem negou) nada.

A China destacou que alcançou com os EUA uma “relação de estabilidade estratégica”; com a Rússia, renovou o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável, que completa 25 anos.

Ao falar com Trump sobre a Armadilha de Tucídides, Xi não fez questão de esconder que estava marcando posição: é a potência emergente, e os EUA, a potência decadente.

Durante o chá, nesta quarta-feira, Xi disse que, ao longo dos anos, ele e Putin têm mantido um diálogo frequente e estreito e criaram, em conjunto, um novo modelo de relações entre grandes países, caracterizado pelo respeito mútuo, equidade e justiça e cooperação mutuamente benéfica, injetando a tão necessária estabilidade em um mundo em constante mudança e turbulência.

Trump também foi recebido para o chá; mas esta é a única coisa em comum entre os dois encontros.

## Homenagem a pioneiros

Na FPSO Expo – evento, em sua 3ª edição, que termina nesta quinta-feira, foram homenageados 4 profissionais que contribuíram para colocar o Brasil como líder na implantação dessa solução técnica de produção de petróleo e também recordista mundial em número de unidades em funcionamento através da Petrobras.

“Homenagem a 4 excepcionais engenheiros e brasileiros que contribuíram de forma relevante para a indústria de construção de plataformas de petróleo no país”, destacou o engenheiro Wagner Victor, ex-secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Estado do Rio de Janeiro.

Foram homenageados:

Alceu Mariano, que foi diretor de diversos estaleiros, como Caneco e Brasfels, e presidente da Sobena;

Agenor César Junqueira Leite, ex-diretor da Transpetro e ex-presidente da Sobena;

Isaías Mazetti, que atuou no Cenpes e na Transpetro, atualmente professor da Faetec;

Rubens Langer, engenheiro formado na 1ª turma de engenharia naval do Brasil na Politécnica da UFRJ, no início da década de 60, ex-presidente da Sobena e atuou no Serviço de Engenharia da Petrobras (Segen).

## Rápidas

Especialistas da Praxis Business lançam o livro *Franchising – Cultura de excelência em gestão de redes de franquias* em noite de autógrafos na próxima quarta-feira (27), 19h, na Livraria da Travessa do Shopping Villa-Lobos (SP) \*\*\* Falta menos de um mês para a Fevest Inspire 2026 — Feira de Lingerie, Moda Praia, Fitness e Matéria-prima — que acontece de 9 a 11 de junho, no Country Clube de Nova Friburgo (RJ) \*\*\* As novas fronteiras do Direito Civil serão tema de debate no IAB, na próxima terça-feira (26), 10h, com transmissão ao vivo pelo canal TVIAB no YouTube.

# China e Rússia renovam laços de boa vizinhança e cooperação

## Putin: Rússia está pronta para fortalecer a coordenação estratégica

O presidente chinês, Xi Jinping, manteve nesta quarta-feira conversas com o presidente russo Vladimir Putin, no Grande Salão do Povo, em Beijing, com as duas partes concordando em prorrogar o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável China-Rússia.

Xi observou que este ano marca o 30º aniversário do estabelecimento da parceria estratégica de coordenação China-Rússia e o 25º aniversário da assinatura do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável China-Rússia.

“As relações China-Rússia chegaram até aqui passo a passo precisamente porque os dois países continuaram aprofundando a confiança política mútua e a coordenação estratégica com firme determinação, expandiram a cooperação em todas as áreas com o ímpeto de alcançar constantemente novos patamares, defenderam a justiça e a equidade internacionais e promoveram a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade com determinação firme”, afirmou o líder chinês.

Enfatizando que o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável é cada vez mais relevante diante da situação atual, Putin afirmou que a Rússia está pronta para trabalhar com a China para agir conforme o espírito do Tratado, fortalecer a coordenação estratégica e a cooperação prática,

e promover as relações bilaterais a um patamar ainda mais alto.

Putin afirmou que as relações Rússia-China, graças aos esforços conjuntos de ambos os lados, alcançaram um nível sem precedentes, caracterizado por estreitos intercâmbios de alto nível e sólida confiança política mútua. “As duas partes têm observado um aumento constante no comércio bilateral, oferta e demanda de energia mutuamente benéficas, a cooperação cada vez mais profunda em transporte, logística, ciência e tecnologia, entre outros, e um impulso sólido nos intercâmbios interpessoais”, acrescentou Putin.

A visita de Putin a Xi Jinping acontece menos de uma semana depois do encontro entre o presidente chinês e o presidente dos EUA, Donald Trump. “Como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e importantes e grandes países do mundo, China e Rússia devem adotar uma perspectiva estratégica e de longo prazo, impulsionar o desenvolvimento e a revitalização de nossos respectivos países por meio de uma coordenação estratégica abrangente de qualidade ainda mais elevada e trabalhar para tornar o sistema de governança global mais justo e equitativo”, disse Xi.

“China e Rússia desenvolveram a parceria estratégica abrangente de coordenação para uma nova era com base em equidade, res-

peito mútuo, boa-fé e cooperação de benefício mútuo”, afirmou. “A confiança política mútua se aprofundou ainda mais, a cooperação em várias áreas como comércio e economia, investimento, energia, ciência e tecnologia, intercâmbios entre os povos e subnacionais continuou a avançar, e os laços entre os dois povos se fortaleceram.”

“As relações China-Rússia entraram em uma nova fase de maiores conquistas e desenvolvimento mais rápido, enfatizou” Xi. “Promover de forma inabalável o desenvolvimento de longo prazo, sólido, estável e de alta qualidade das relações China-Rússia é uma escolha estratégica feita pelos dois lados com base nos interesses fundamentais dos dois países e nas tendências globais.”

### Parceria

Segundo a Agência Xinhua, Xi pediu que China e Rússia implementem plenamente os importantes consensos alcançados entre ele e Putin, aproveitem as oportunidades históricas e promovam ainda mais a confiança mútua, a cooperação e a amizade entre os dois países.

O presidente chinês enfatizou que ambos os lados devem concentrar-se nos objetivos de desenvolvimento e revitalização nacionais, aproveitar plenamente os mecanismos abrangentes e bem estabelecidos de coo-

peração China-Rússia e fortalecer o planejamento geral da cooperação em todos os aspectos. “Os dois países também devem promover a melhoria da cooperação prática em comércio e investimento, energia e recursos, transporte, ciência, tecnologia e inovação, e explorar ativamente a cooperação em áreas de vanguarda, a fim de criar novos motores de crescimento com novas forças produtivas de qualidade”, acrescentou.

“Devem ser feitos esforços para continuar a amizade tradicional entre os dois lados, fortalecer os intercâmbios e a cooperação em educação, cultura, cinema, turismo e esportes, e consolidar o apoio social e popular à amizade bilateral”, observou Xi. “Além disso, os dois lados devem aprofundar a colaboração multilateral e reforçar ainda mais a coordenação e a cooperação em estruturas como a ONU, a Organização de Cooperação de Shanghai (OCS), o Brics e a Apec, disse Xi.

Ele também destacou esforços conjuntos para salvaguardar firmemente a ordem internacional do pós-guerra e a autoridade do direito internacional, unir o Sul Global e orientar a reforma do sistema de governança global na direção certa. Putin afirmou que as relações Rússia-China resistiram a provas e se fortaleceram ao longo do tempo, tornando-se um paradigma de coordenação estratégica abrangente.

# Empresas brasileiras reforçam debate sobre equidade de gênero

Estudo conduzido por Claudia Yoshinaga, da FGV Eaes, em parceria com Leticia Bellato e Nathália Ruggiero Gil, investigou se a participação feminina em conselhos de administração e diretorias executivas influencia o desempenho financeiro das empresas. “Os resultados indicam que a presença de mulheres na liderança não gera impacto negativo nem positivo sobre o desempenho financeiro das companhias”.

O resultado foi publicado na revista acadêmica *Gender, Work, and Organization*, uma publicação bimestral em inglês, criada em 1994, que abrange o papel do gênero no local de trabalho. A John Wiley & Sons é a editora da publicação,

O levantamento avaliou empresas listadas na bolsa brasileira entre 2010 e 2020 e constatou que a participação feminina nesses espaços ainda é reduzida, representando cerca de 12%

dos cargos analisados. “Em muitas empresas, especialmente nas diretorias executivas, ainda não há mulheres em posições estratégicas”.

Segundo as autoras, os dados ajudam a desconstruir a ideia de que a diversidade de gênero precisa ser justificada exclusivamente por ganhos financeiros. O estudo aponta que a baixa representatividade feminina está mais relacionada a barreiras históricas e estruturais do que a resultados corporativos.

Para as autoras, a análise reforça ainda que ampliar a presença de mulheres na liderança envolve questões de representatividade, equidade e alinhamento com demandas contemporâneas da sociedade e do mercado.

### Serviço público federal

Divulgado em março deste ano, o estudo “Perfil das Lideranças no Governo Federal – Recorte de Gênero”, desenvolvido pela

Diretoria de Governança e Inteligência de Dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), destaca que a presença de mulheres em cargos de alta liderança do Executivo Federal cresceu de 29% para 38% em quatro anos.

De acordo com o levantamento, mulheres ocupam hoje cerca de 43% dos cargos de liderança na administração pública federal, considerando cargos comissionados e funções de confiança em órgãos da administração direta, autárquica e fundacional.

O crescimento é ainda mais significativo quando se observa os postos mais altos da estrutura administrativa. A participação feminina na alta liderança aumentou de 29% em fevereiro de 2022 para 38% em fevereiro de 2026, indicando ampliação expressiva da presença de mulheres em posições estratégicas de direção, chefia e assessoramento no gover-

no do Brasil. No total dos cargos de liderança, a presença de mulheres era de 39% em 2022.

Os dados utilizados no estudo têm como base o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e integram um esforço de análise do perfil das lideranças públicas sob a perspectiva de gênero

Para a diretora de Programa da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP/MGI), Regina Camargos, é um compromisso do governo federal ampliar cada vez mais a presença feminina no serviço público e nas posições de liderança. “As mulheres desempenham papel fundamental na sociedade e em todos os poderes da República e esferas de governo. Sua atuação qualificada e comprometida fortalece as políticas públicas e contribui diretamente para a construção de um Estado mais eficiente, inclusivo e representativo”, afirma a diretora.

## SEU DIREITO

**CATARINA AVIATION SHOW** - O Catarina Aviation Show ocorre entre esta quinta-feira e sábado, no São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional, em São Roque (SP), com a presença de mais de 80 marcas ligadas à aviação, náutica, automóveis e serviços voltados à alta renda. Nesta edição, o Grupo Armatti & Fishing fará sua primeira participação no evento e vai expor três embarcações. Os modelos Armatti 370 Solarium, Armatti 420 Sport Coupé e Fishing 410 Solarium poderão ser visitados pelo público convidado no estande da marca, que soma 380m<sup>2</sup>, no Hangar 04. A Armatti 370 Solarium (a partir de R\$ 1,8 milhão) é um dos modelos de maior desempenho comercial da Armatti Yachts. A embarcação de 37 pés e 11,30 metros já soma cerca de 60 unidades negociadas e movimentou aproximadamente R\$ 54 milhões desde a chegada ao mercado. A Armatti 420 Sport Coupé (a partir de R\$ 2,8 milhões) é a embarcação de maior prestígio da marca no mercado internacional, com mais de 40 unidades vendidas apenas para clientes de Miami, nos Estados Unidos. A Fishing 410 Solarium (a partir de R\$ 2,3 milhões) é voltada para um público que busca uma embarcação versátil, com espaço para receber convidados, bom desempenho na navegação e soluções práticas para uso prolongado a bordo.

**LOGGI** - A Loggi aumentou em 75% o número de integrações com plataformas do ecossistema de e-commerce no último ano, expandindo de 28 para 49 plataformas integradas, cobrindo assim 90% do mercado do varejo online no Brasil, para as pequenas e médias empresas (PMEs). A estratégia busca integrar a logística ao ambiente onde os lojistas já operam, centralizando a gestão de pedidos, fretes e rastreamento em um único sistema e reduzindo a complexidade operacional. A partir dessas integrações, os lojistas podem cotar fretes, gerar etiquetas, despachar pedidos e acompanhar entregas diretamente nas plataformas, de forma automatizada. Entre as plataformas que estão conectadas estão Shopify, WooCommerce, Olist, Bling, Magazord, Melhor Envio, Nuvem Envio, Tray, Frete Rápido, Frenet, WBuy, Irroba, entre outras. A Loggi permite a integração de forma totalmente automatizada, em apenas alguns cliques. Hoje a Loggi é a única a disponibilizar conexão self service. A integração com a Loggi é gratuita e o custo se aplica apenas aos envios realizados.

**SOLVAY** - A Solvay, empresa do setor químico que no Brasil também opera com a marca Rhodia, com sede na Bélgica, anunciou o início do processo de seleção de projetos para o Fundo Ernest Solvay em 2026. O objetivo é financiar soluções práticas que transformem comunidades e preservem o meio ambiente nas cidades de São Paulo, Paulínia (SP) e Santo André (SP), onde atua, bem como Curitiba (PR) e Imperatriz (MA), onde opera a sua joint-venture Peróxidos do Brasil). Gerenciada com o suporte da King Baudouin Foundation, a iniciativa disponibiliza aportes de até 10 mil euros por projeto para organizações locais, instituições de ensino e pesquisadores que atuem em um raio de até 100 quilômetros das unidades da empresa no Brasil. As candidaturas podem ser submetidas em português até 30 de setembro de 2026, focando em ações que promovam a educação científica (STEM), a proteção da biodiversidade e o fortalecimento da saúde e inclusão social. Todas as informações técnicas, critérios de elegibilidade e o formulário de inscrição estão disponíveis no portal oficial do Ernest Solvay Fund 2026.

**SANTA RITA DE CÁSSIA** - Maio ganha um significado ainda mais especial no Empório Farinha Pura, em Botafogo, com a tradicional celebração do Dia de Santa Rita de Cássia. Há 16 anos, o mercado gourmet mantém uma das mais raras homenagens dedicadas à santa no Rio de Janeiro, reunindo fé, gastronomia e solidariedade em torno do já conhecido bolo de Santa Rita - um bolo de amêndoas inspirado em uma receita portuguesa centenária do Convento da Vidigueira. Até esta sexta-feira, toda a renda obtida com a venda do bolo (R\$ 69,90) será destinada ao Santuário Arquidiocesano de Santa Rita, no Centro do Rio. Além do caráter solidário, a ação também mantém símbolos tradicionais da celebração: um bolo, o cliente ganha uma medalha de Santa Rita e, adquirindo dois bolos, recebe uma mini imagem da santa (sujeita à disponibilidade de estoque). Como parte da programação especial, o local também receberá bênçãos conduzidas por sacerdotes ao longo da próxima sexta-feira, dia 22 de maio, reunindo clientes e fiéis em momentos de oração e devoção na loja na Cobal do Humaitá. As celebrações acontecerão às 9h, com o Padre Marcelo Nascimento, às 12h, com o Padre Vitor Hugo, e às 15h, com o Padre Abimar. Já às 18h, a programação segue no Santuário Arquidiocesano de Santa Rita, com bênção conduzida pelo Padre Lázaro, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 446, loja 1 – Cobal do Humaitá, Botafogo, RJ. Site / emporiofarinhapura

# Financiamento de carros e motos cresceu em abril

O financiamento de veículos no Brasil somou 634.587 mil unidades em abril, entre novos e usados, incluindo automóveis leves, motocicletas e pesados. O volume representa alta de 11,8% na comparação anual e marca o melhor resultado para o mês desde 2008, quando foram registrados 705.927 financiamentos.

Entre os automóveis leves, o crescimento foi de 13,3% na comparação anual. O destaque ficou com os modelos zero quilômetro, que tiveram alta de 21,9% nos financiamentos. Já os usados também cresceram e atingiram 10,9%.

O financiamento de motocicletas segue em expansão, com alta de 9,8% em abril. Assim como nos carros, os modelos novos puxaram o resultado, com aumento de 12% nas vendas financiadas. As motos usadas avançaram 9,1%.

No segmento de veículos pesados, o crescimento foi de 3,9%. O desempenho foi sustentado pelos modelos novos, que avançaram 10,9%. Já os usados recua-

ram 4,6%, indicando uma demanda mais concentrada em renovação de frota.

O Sudeste segue como o principal polo de financiamento de veículos no país, concentrando 42,2% das operações. Na sequência aparecem: Sul, com 20,8%; Nordeste, com 19,7%; Centro-Oeste, com 10,7%; e Norte, com 7,3%.

No acumulado de janeiro a abril, o número de veículos financiados chegou a 2,5 milhões de unidades. As motocicletas lideram o ritmo de expansão no ano, com crescimento de 16%, seguidas pelos automóveis (12,7%) e pelos veículos pesados (3,9%).

Em abril, os veículos 0 km apresentaram alta média de 0,7% nos preços de transação. O avanço foi observado em três dos sete segmentos: picapes derivadas de automóveis, picapes médias e sedãs. As picapes compactas se destacaram como o modelo que teve a maior queda de preço no período.

No mercado de usados, abril foi marcado por uma queda média de aproximadamente 1,55% nos preços

de transação, com retração observada em todos os segmentos analisados. As maiores quedas foram registradas em picapes compactas, picapes médias e carros compactos.

### Motoboys

Em 2024, o Brasil tinha 1,7 milhão de pessoas trabalhando por meio de plataformas e aplicativos de serviços, alta de 25,4% em relação a 2022, segundo o IBGE. Desse total, 29,3% atuavam em aplicativos de entrega de comida e produtos, o equivalente a 485 mil trabalhadores. No mesmo ano, o país tinha 1,1 milhão de ocupados que trabalhavam como condutores de motocicletas, e 351 mil deles já atuavam por aplicativos – cerca de um em cada três.

Dados da Abraciclo mostram que 2025 terminou com recorde histórico de emplacamentos no varejo, com 2.197.851 motocicletas licenciadas no país, alta de 17,1% sobre 2024. Para 2026, a entidade projeta novo crescimento, para 2,3 milhões de unidades.

Do lado da locação de motos, a aceleração foi ainda mais forte. Segundo a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla), as empresas do setor emplacaram 70.571 motocicletas em 2024, um salto de 89,6% sobre o ano anterior. A frota total de motos das locadoras chegou a 140.865 unidades, avanço de 81,4% em um ano.

A conta faz sentido para um público marcado pela informalidade e pela renda variável. Em 2022, 77,1% dos trabalhadores por aplicativos eram por conta própria, segundo o IBGE. Já um estudo divulgado pelo Ipea em 2024 mostrou que, entre entregadores “plataformizáveis”, a renda média caiu de R\$ 2.250 em 2015 para R\$ 1.650 em 2021, enquanto aumentou o contingente de profissionais submetidos a jornadas longas e caiu a contribuição previdenciária. Na prática, isso ajuda a entender por que o financiamento tradicional nem sempre é viável para esse trabalhador: a renda oscila, o histórico formal muitas vezes é frágil e o custo financeiro pesa mais.

# Mudanças nos tíquetes refeição e alimentação estão em vigor

Em vigor a partir deste mês, as mudanças no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) visam ampliar o número de pessoas beneficiadas pelos vale-alimentação e vale-refeição e empresas credenciadas, além de reduzir custos para os estabelecimentos e estimular a concorrência. Anualmente, o setor movimentava cerca de R\$ 200 bilhões.

“Todos ganham com a medida, pois estamos falando de menos taxas e recebimento mais rápido, se antes era mais difícil para os pequenos negócios, agora ficou mais fácil, pois vai aumentar o número de estabelecimentos que aceitarão os vales”, afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima.

A principal alteração é a que limita a 3,6% a taxa cobrada pelas administradoras dos cartões aos estabelecimentos comerciais. Além disso, foi reduzido o prazo de repasse financeiro, que deverá ocorrer em até 15 dias corridos após a transação – anteriormente, o prazo era de 30 dias. Já estavam em vigor, desde a assinatura do decreto, as regras de proteção, com a proibição

de práticas comerciais abusivas (deságios, descontos, benefícios indiretos, prazos incompatíveis com repasses pré-pagos e vantagens financeiras).

De acordo com as novas regras, em até um ano, os cartões do programa deverão funcionar em qualquer maquininha de pagamento, com a implantação da interoperabilidade plena entre bandeiras, outro benefício para os pequenos negócios do setor. “Espera-se também uma redução dos custos aos estabelecimentos, com o estímulo a uma maior concorrência entre as operadoras de cartões incentivada pela nova regra e uma simplificação da gestão”, comenta o presidente do Sebrae.

Desde o último dia 10, o benefício poderá ser aceito em diferentes maquininhas e estabelecimentos, independentemente da empresa emissora ou da bandeira. Já em novembro, 360 dias após a assinatura do decreto, está prevista a interoperabilidade plena do sistema, quando qualquer cartão deverá ser aceito em qualquer maquininha de pagamento.

Para milhões de brasilei-

ros, a hora do almoço vai muito além de uma pausa na jornada. É um ritual que garante energia para o restante do dia, um momento de convivência e, em muitos casos, a base do planejamento alimentar de toda a família. No centro dessa rotina, há cinco décadas, está o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – uma política pública que se incorporou ao cotidiano e ao tecido social do país.

Ao completar 50 anos no último dia 14 de abril, o programa reforça sua relevância em um cenário em que alimentação, bem-estar e poder de compra seguem no centro das discussões sobre trabalho e qualidade de vida, impactando diretamente mais de 25 milhões de trabalhadores em todo o país.

A força do PAT hoje está em seu duplo papel: ao mesmo tempo em que atua como instrumento de segurança social, também se consolida como uma ferramenta estratégica para as empresas. Dados da pesquisa Retrato do Trabalhador Formal, realizada pela Pluxee com mais de 1.200 profissionais, mostram que o

vale-alimentação é o benefício mais desejado, citado por 49% dos trabalhadores. O levantamento revela ainda que o vale-refeição aparece na sequência, com 31% das preferências (um avanço de quatro pontos percentuais em relação a 2025).

Do ponto de vista corporativo, seu impacto é igualmente nítido. A mesma pesquisa estabelece uma correlação direta entre o benefício e a satisfação profissional. A análise do Net Promoter Score (NPS) mostra que o índice de lealdade de um colaborador pode saltar até 44 pontos quando a empresa oferece um pacote de benefícios com alimentação, comprovando seu valor como ferramenta de engajamento.

Esse avanço também se reflete na ampliação do acesso: a proporção de trabalhadores sem benefícios caiu de 11% em 2025 para 9% em 2026, sinalizando não apenas maior inclusão no mercado formal, mas também o fortalecimento do papel dos benefícios como parte estruturante da relação entre empresas e colaboradores.

# Decisão da Susep sobre Infinite acende alerta para governança em seguros

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) decretou nesta semana a liquidação extrajudicial da Seguradora S/A Infinite, no primeiro regime especial aplicado ao mercado segurador brasileiro em quase uma década. A medida foi formalizada pela Portaria nº 8.549/2026 e ocorreu após meses de fiscalização conduzida pela autarquia.

Segundo a Susep, foram identificadas inconsistências relevantes nas informações contábeis e nos dados prestados à supervisão, além de insuficiência patrimonial e fragilidades na estrutura de gestão de riscos da companhia. Antes da liquidação, a autarquia adotou uma série de medidas preventivas, corretivas e sancionatórias, incluindo instauração de processos administrativos, inspeção prudencial, restrições operacionais, exigência de recomposição de capital e suspensão da comercialização de produtos.

Para o advogado especialista em seguros e sócio do Panucci, Severo e Nebias Advogados, Roberto Panucci, o caso demonstra que a supervisão regulatória no setor securitário vai além da análise de liquidez ou patrimônio. “A leitura mais simplista seria tratar o caso apenas como um problema de capital, mas a própria Susep deixou claro que houve também falhas relevantes na gestão de riscos e inconsistências nas informações prestadas ao regulador. Isso é especialmente grave

porque compromete o próprio mecanismo de supervisão preventiva. O regulador só consegue atuar adequadamente sobre aquilo que consegue enxergar com precisão”, afirma.

De acordo com o especialista, a confiabilidade das informações enviadas à supervisão é elemento essencial para a manutenção da estabilidade do sistema. “Quando os dados apresentados ao regulador não refletem a realidade da companhia, a supervisão deixa de ser preventiva e passa a atuar de forma reativa. Em um mercado regulado, transparência informacional não é uma formalidade burocrática, mas uma condição estrutural de funcionamento”, explica.

Roberto Panucci destaca que o episódio também acende um alerta importante para o segmento de seguro garantia, cuja efetividade depende diretamente da solidez econômico-financeira das seguradoras e da adequada estruturação de mecanismos de transferência de riscos, especialmente por meio de resseguros.

“No seguro, a fragilidade financeira da seguradora pode comprometer diretamente a função econômica da garantia, expondo segurados e tomadores a riscos relevantes e impactando inclusive contratos e decisões judiciais. A solvência precisa ser acompanhada de controles internos eficientes e de uma governança compatível com os riscos assumidos”, pontua.

# Entre a Inovação pela IA e a Sobrevivência Geopolítica

O Brasil enfrenta um dilema técnico e econômico: como manter a competitividade frente às importações chinesas e aos custos globais em alta devido às tensões no Irã? A resposta não está apenas nas máquinas, mas também na inteligência dos materiais. E, neste contexto, a Expobor 2026 e a Pneushow 2026 transformarão o Expo Center Norte no epicentro dessa discussão, tendo a ‘Arena do Conhecimento’ como o palco para as decisões estratégicas que moldarão o setor até 2030.

O espaço reunirá, de 23 a 25 de junho, especialistas, executivos, empresários e profissionais da cadeia produtiva para discutir os principais desafios, tendências e oportunidades que impactam os setores de artefatos de borracha e pneus reformados no Brasil e no mundo.

A programação da Arena do Conhecimento terá foco em temas estratégicos e atuais para a indústria, abordando desde transformação digital até os impactos das tensões geopolíticas nas cadeias produtivas. Entre os destaques estão palestras sobre o impacto da Inteligência Artificial nos processos industriais e na competitividade das empresas, os reflexos das tensões globais sobre os custos da

borracha e de produtos químicos, as mudanças provocadas pela reforma tributária no setor de artefatos de borracha.

Outro tema em evidência relação entre o mercado interno e o crescimento das importações chinesas, tema que preocupa fabricantes nacionais e vem impactando a dinâmica comercial do setor. O espaço também promoverá discussões sobre economia circular, destinação correta dos pneus inservíveis, eficiência energética, descarbonização, sustentabilidade e o avanço das práticas ambientais na cadeia da borracha e da reforma de pneus.

Os participantes da Expobor 2026 e Pneushow 2026 poderão acompanhar ainda os debates sobre a crescente escassez de mão de obra qualificada, em meio as mudanças culturais e geracionais, e que vem se tornando um desafio que afeta diretamente a produtividade e a competitividade da indústria brasileira.

A Franca, promotora das duas feiras, estruturou a Arena do Conhecimento para estimular a troca de experiências e aproximar profissionais de diferentes áreas da cadeia produtiva, fortalecendo o desenvolvimento do setor em um momento marcado por transformações econômicas, tecnológicas e regulatórias.

# Vale a pena sediar uma Copa do Mundo?

Por Jorge Priori

Conversamos com Felipe Araujo se vale a pena um país sediar uma Copa do Mundo de futebol. Felipe é diretor de estratégia e governança financeira e atua no setor esportivo com foco em gestão, governança e modelos financeiros aplicados à indústria do futebol e grandes eventos esportivos.

## Vale a pena sediar uma Copa do Mundo?

Depende muito, pois existe a questão da situação econômica de cada país. Se o país for subdesenvolvido, ele vai arcar com um custo muito alto, principalmente se o futebol não for o seu principal esporte. Por exemplo, a África do Sul, cujo principal esporte é o rugby, teve que construir todos os estádios para a Copa de 2010, sendo que muitos deles estão hoje abandonados.

No caso do Brasil, o futebol é o principal esporte, mas o problema é que os custos para sediar a Copa de 2014 aumentaram 300% em relação à Copa de 2010. Isso se deveu a vários problemas estruturais da nossa sociedade, como a corrupção. Além disso, o Brasil construiu estádios, como as Arenas Mané Garrincha, Amazônia, Pantanal e das Dunas, onde não existe mercado, já que não existem times da Série A jogando nesses locais.

No caso de um país desenvolvido, que não tem que investir tanto em infraestrutura como a Alemanha, a Copa vira um negócio. Como a Alemanha possui toda uma infraestrutura que contempla o futebol, ela pode receber uma Copa como Mônaco recebe uma corrida de F1. No caso de um país subdesenvolvido, ele precisa desenvolver toda uma infraestrutura.

Voltando ao caso do Brasil, São Paulo teve que desenvolver uma linha de monotrilho para a Copa de 2014, sendo que essa linha, a Linha 17-Ouro, foi entregue recentemente. Valeu a pena? Não, não valeu. Quando se diz que a Copa de 2014 gerou uma série de

empregos, nós não podemos nos esquecer que São Paulo recebe a Fórmula 1 todos os anos, um evento que gera uma série de empregos como uma Copa do Mundo. Para um país subdesenvolvido, que tem outras prioridades, não vale a pena sediar uma Copa.

Repare que existem Copas que possuem ciclos que são compostos por eventos que são realizados antes e depois da própria Copa. No caso do Brasil, nós tivemos os jogos Pan-Americanos de 2007 e as Olimpíadas de 2016. No caso dos Estados Unidos, um dos três países que vão receber a Copa deste ano, eles vão receber as Olimpíadas de 2028, que vai aproveitar toda a infraestrutura utilizada pela Copa.

Se voltarmos um pouco mais no tempo, a Copa de 1970, realizada no México, foi antecedida pelas Olimpíadas de 1968. No caso da África do Sul, isso não aconteceu. No caso do Catar, valeu a pena sediar a Copa de 2022 gastando mais de US\$ 200 bilhões? Eu acho que não valeu, já que o país não tem mercado para isso.

No caso da Inglaterra, vale a pena o país sediar uma Copa, já que ele possui toda a infraestrutura da Premier League, mas um país caribenho não tem condições de fazer isso. É por isso que essa resposta é muito relativa, até porque ela depende do que o país quer. O Catar queria construir uma imagem política, mas, em termos financeiros, a Copa de 2022 foi a mais cara da história.

## No caso do Brasil, valeu a pena sediar a Copa de 2014?

Como disse, os custos para sediar a Copa de 2014 tiveram um acréscimo de 300% em relação à Copa de 2010. Quando se fala que esse cálculo deve considerar a inflação, nós não podemos nos esquecer que a Copa de 2010 já havia sido feita na esteira da crise financeira de 2008, ou seja, ela foi feita em um cenário em que a inflação já estava muito alta.

Outro ponto é que a África do Sul organizou a Copa

de 2010 com uma visão financeira mais controlada que o Brasil, que gastou muito para não produzir quase nada. A Fifa pediu 8 estádios, mas o Brasil disponibilizou 12, sendo que alguns deles, como disse, estão em mercados que não possuem futebol para sustentá-los.

Se o Brasil tivesse feito uma Copa focando nas regiões Sul-Sudeste, talvez a história do evento tivesse sido diferente, mas isso não teria inibido a corrupção. Em termos de legado, a Copa de 2014 não deixou nada para o país. Teria sido melhor se o Brasil tivesse investido em outras coisas.

## Quais são os retornos que uma Copa gera para o país-sede?

Fala-se muito na questão de infraestrutura e de empregos, mas isso é relativo. Por exemplo, a Copa de 2026 não vai gerar turismo para uma cidade americana que já está acostumada a receber eventos o ano inteiro. Nesse caso, é uma mentira dizer que a Copa vai deixar um legado. Agora, se a Copa for realizada em um lugar que não tem eventos, isso vai gerar empregos na região.

O problema é que quando a Copa passar, o local vai voltar ao ostracismo. É por isso que o país sede precisa fazer a Copa pensando no que vai acontecer depois. Se o país sede souber fazer isso, ele ganha, mas se ele não souber fazer isso, ele vai ficar com um monte de elefantes brancos.

Vale ressaltar que essa história de legado não existe. Isso é uma criação para vender o processo. Como você justifica para um leigo que a Copa do Mundo vale a pena? Dizendo que ela vai deixar um legado. O ponto é que o legado, na verdade, é o plano diretor das cidades. Se você pegar o plano diretor de uma cidade que vai receber jogos de uma Copa, as obras que serão feitas já estavam previstas. O que uma Copa pode fazer é acelerar essas obras, mas isso não acontece sempre, vide o exemplo do Brasil.

## Quais são os cuida-

dos que um país deveria tomar antes de se candidatar para receber uma Copa do Mundo, que pode ser considerada uma das melhores operações financeiras do planeta, já que os custos são do país sede, mas a receita é da Fifa?

O país que quer sediar uma Copa precisa fazer projeções financeiras considerando a inflação global equivalente a um período que cubra três ciclos de Copa. Isso porque, quando um país se candidata para sediar uma Copa, ele não vai receber a próxima Copa, mas sim a segunda ou a terceira. O país que quer se candidatar precisa se cercar de cuidados, pois uma crise global pode fazer com que ele não tenha condições de receber a Copa.

No passado, nós já tivemos casos de países que haviam sido escolhidos para receber a Copa, mas que correram o risco de não conseguir realizá-la. Ocorre que a Fifa não vai ficar sem realizar a Copa, já que ela sempre vai ter um plano b, que, geralmente, é a Alemanha.

Além disso, esse país precisa entender se o gasto para sediar a Copa vale a pena, se a sua população precisa da Copa e como ele quer se posicionar no mundo, já que uma Copa abre fronteiras. Você pode ter certeza que os países desenvolvidos olham muito esses aspectos.

Talvez seja por isso que menos países europeus estão se candidatando para sediar uma Copa. De certa forma, eles participam, mas eles não possuem mais aquele espírito “agora tem que ser a minha vez”. Depois que a França recebeu a Copa de 1998, e a Alemanha, a Copa de 2006, essa questão deu uma apaziguada entre os europeus.

Com relação à Copa deste ano, o fato de os Estados Unidos serem um dos três países que vão recebê-la está valendo muito a pena para Trump, que, literalmente, vai colocar a sua cara no evento.

*Leia a entrevista completa em [monitormercantil.com.br/vale-a-pena-sediar-uma-copa-do-mundo](http://monitormercantil.com.br/vale-a-pena-sediar-uma-copa-do-mundo)*

**RIO TRENS PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
NIRE 33.3.0026094-3 – CNPJ nº 02.720.700/0001-86  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
Prezados Senhores Acionistas, convocamos V.Sas. para a Assembleia Geral Ordinária da **Rio Trens Participações S.A. - Em Recuperação Judicial** (“Companhia” ou “RTJP”), sociedade anônima com sede na Rua da América, nº 210, parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ CEP 20220-590, que será realizada no dia 28 de maio de 2026, às 9 horas, na modalidade assembleia digital, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: 1)** Prestação de contas da administração, deliberação sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025, bem como sobre a destinação dos resultados do exercício e a distribuição de dividendos, nos termos do art. 132 da Lei 6.404/76. **2)** Fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia. A Companhia enviará aos endereços de e-mail indicados pelos acionistas ou seus representantes o Edital de Convocação, a documentação referente à deliberação da assembleia e as instruções de voto. Pela natureza da deliberação, solicitamos que V.Sas. profiram seus votos publicamente em resposta ao referido e-mail até a data e hora da realização da assembleia ora convocada. As referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. Por fim, informamos que todos os documentos e informações necessários à deliberação da Ordem do Dia encontram-se disponibilizados na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026. **Kazuhisa Ota**, *Presidente do Conselho*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
A Diretoria da **FITTR – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários**, no uso de suas atribuições estatutárias e em conformidade com o Estatuto Social da entidade, convoca os membros da Diretoria para participarem da Reunião Extraordinária, a realizada no dia 15/04/2026, às 10 horas, na sede situada à Rua Costa Rica, nº 5, Penha, Rio de Janeiro/RJ, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Deliberação acerca da alteração/substituição de membro da Diretoria da entidade; Discussão e deliberação sobre assuntos gerais relacionados à composição da Diretoria. A participação de todos os membros convocados é de fundamental importância para apreciação, discussão e deliberação das matérias constantes da pauta. Rio de Janeiro/RJ, 15 abril de 2026.  
**Antônio de Freitas Tristão-Presidente**

Assine o jornal  
**Monitor Mercantil**  
**(21) 3849-6444**

# Fundos de pensão não podem virar balcão de negócios

Proposta que obriga entidades de previdência complementar a investirem em créditos de carbono é questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por levantar preocupação sobre riscos ao patrimônio dos trabalhadores. O tema ganhou repercussão após o senador Renan Calheiros apontar possível favorecimento a empresas ligadas à família Vorcaro, controladora do Banco Master. “A medida coloca em risco recursos construídos pelos trabalhadores ao longo de décadas.

Os fundos de pensão existem para garantir aposentadoria digna aos trabalhadores e não para atender a interesses do mercado financeiro”, garante a coordenadora-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Cibele Vieira,

Fundos de pensão e entidades de previdência complementar podem destinar parte de suas reservas técnicas para investimentos em créditos de carbono está sendo questionada STF e gerou reação entre representantes dos trabalhadores e especialistas do setor de energia.

A medida foi incluída por emenda parlamentar do presidente da Câmara, Hugo Motta, no projeto que criou o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa e determina que seguradoras e entidades de previdência complementar apliquem ao menos 1% de suas reservas técnicas anuais para investi-

mentos em créditos de carbono.

Para Cibele Vieira, é extremamente grave transformar investimentos em obrigação legal, especialmente em um segmento cercado de questionamentos judiciais. “Os trabalhadores não podem assumir riscos impostos por decisões políticas”, afirma.

Representantes do setor reforçam que as críticas não se dirigem à agenda de transição energética ou ao mercado regulado de carbono, mas sim à utilização obrigatória de recursos previdenciários em ativos cercados de dúvidas. Especialista em óleo, gás e energia, Deyvid Bacelar destaca que o debate precisa considerar critérios de segurança previdenciária e previsibilidade econômica.

“A transição energética precisa acontecer com responsabilidade e justiça social. Sustentabilidade não pode servir de justificativa para impor riscos previdenciários a trabalhadores e aposentados. É fundamental que qualquer destinação de recursos dessa natureza ocorra em linha com mecanismos sólidos de governança, transparência e controle”, alerta.

O relator do caso, Flávio Dino, votou contra a obrigatoriedade dos investimentos, entendimento acompanhado pela Procuradoria-Geral da República e pelos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. O julgamento deve ser retomado nos próximos dias.

# Ofertas no mercado de capitais cresce 15,5% no quadrimestre

## Pesou resultado por emissões de FIDCs, Flis e notas comerciais

Nos primeiros quatro meses do ano, o mercado de capitais movimentou R\$ 236,1 bilhões em ofertas distribuídos em 918 operações, apresentando um crescimento de 15,5% no volume e de 10,5% na quantidade de emissões em relação ao registrado no mesmo período de 2025.

Os dados são da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Considerando apenas abril, os R\$ 55,4 bilhões das 227 operações representam um aumento de 14,0% no volume e de 3,2% na quantidade.

Na análise por instrumento, o destaque ficou com os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), que chegaram a R\$ 36,4 bilhões no quadrimestre, com um aumento de 47,6% na comparação com os primeiros quatro meses de 2025. O resultado

foi puxado pelo desempenho de abril (R\$ 15,0 bilhões), que atingiu o maior patamar desde dezembro de 2021.

“Além do crescimento robusto no volume de FIDCs no acumulado do ano, vale ressaltar que o valor médio de R\$ 111,2 milhões por operação é o menor entre todos os instrumentos, reforçando seu papel de porta de entrada para muitas empresas no mercado de capitais ao permitir o acesso a um funding estruturado, previsível e alinhado ao fluxo de recebíveis”, afirma Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima.

Em abril, houve ainda o encerramento das duas primeiras ofertas realizadas via Regime Fácil, usufruindo das flexibilizações regulatórias previstas na Resolução CVM 232, totalizando R\$ 23 milhões em notas comer-

ciais. “O Regime Fácil deve acelerar esse movimento de entrada de emissores de menor porte no mercado de capitais e, como todo novo instrumento, espera-se uma evolução gradual”, completa Maranhão. Ao todo, as notas comerciais somaram R\$ 13,7 bilhões nos primeiros quatro meses do ano, com expansão de 46,9% no volume em relação ao mesmo intervalo no ano anterior.

No segmento de títulos híbridos, ambos os instrumentos mais que dobraram o volume de ofertas nesse comparativo. Os FIIs (Fundos de Investimento Imobiliário) atingiram R\$ 25,9 bilhões, com aumento de 106,5%, e os Fiagros (Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais) somaram R\$ 4,0 bilhões, com crescimento de 128,1%.

Já as debêntures totalizaram R\$ 119,7 bilhões em 2026, apresentando um

recuo de 5,6% frente ao mesmo período de 2025, com os recursos sendo destinados principalmente para investimentos em infraestrutura (47,0%) e gestão ordinária (17,2%). O prazo médio dos papéis atingiu 8,2 anos, um pouco abaixo do contabilizado em igual intervalo no ano anterior (8,8 anos).

As emissões de CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) também tiveram redução no comparativo entre os quadrimestres, totalizando, respectivamente, R\$ 12,8 bilhões e R\$ 3,9 bilhões, com retração de 18,9% e 58,3%.

As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeira), uma alternativa ao CRA dentro do financiamento do agronegócio, registraram R\$ 5,9 bilhões em ofertas, mais do que o volume contabilizado em 2025 inteiro (R\$ 4,5 bilhões).



MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ nº 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2026. 1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 10 de abril de 2026, às 09h, na sede social da Monteiro Aranha S.A. (“Companhia”), localizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101 - parte, Leblon, CEP 22430-060. 2. Documentos do Art. 133 da Lei das S.A. e Publicações: Foram publicados no jornal Monitor Mercantil, nas versões impressa e online, no dia 02 de abril de 2026, nas páginas 21 até 25, na forma do art. 133 c/c art. 289 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), o relatório da administração, as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os documentos acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia foram temporariamente disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e divulgados na página eletrônica da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Sra. Tania Maria Camilo. Secretária: Sra. Ana Carolina Pereira Santos. 4. Convocação e Presença: Convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do artigo 124, §4º, da Lei das S.A.. Presentes, ainda, (i) na qualidade de representante da administração, a Sra. Flavia Coutinho Martins; e (ii) na qualidade de representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a Sra. Cären Henriete Macohin, inscrita no CRC 1PR038429/O-3 “T” SC, em atendimento ao disposto no art. 134, §1º da Lei das S.A. 5. Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (ii) Deliberar sobre a revisão anual do orçamento de capital; (iii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; (vi) Deliberar sobre o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; (vii) Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia; e (viii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social. 6. Deliberações: Instalada a assembleia, os acionistas aprovaram, por 11.995.879 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) votos favoráveis, 0 votos contrários e 143.200 (cento e quarenta e três mil e duzentas) abstenções, a lavratura da ata em forma de sumário, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme o § 1º do art. 130 da Lei das S.A. Na sequência, depois do exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: 6.1. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I. Aprovar, por 4.878.243 (quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e quarenta e três) votos favoráveis, 0 votos contrários e 7.260.836 (sete milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e seis) abstenções, as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. II. Consignar que, nos termos da proposta da administração, os saldos retidos com base na proposta do orçamento de capital da Companhia, com duração de 5 (cinco) exercícios sociais, nos termos do art. 196 da Lei das S.A., conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, e revisado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, foram integralmente utilizados e não houve nova destinação com base no lucro líquido do exercício de 2025. III. Aprovar, por 11.995.879 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) votos favoráveis, 0 votos contrários e 143.200 (cento e quarenta e três mil e duzentas) abstenções, a proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante total de R\$ 97.658.359,92 (noventa e sete milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos), nos termos do artigo 192 da Lei das S.A., conforme segue: (i) não destinar percentual do lucro líquido auferido no exercício para a constituição da reserva legal, em virtude da mesma já ter atingido o limite legal de 20% do capital social; (ii) o montante de R\$ 24.414.589,98 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos), equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, declarado a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação em vigor e conforme estatuto social da Companhia; e (iii) o saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 73.243.769,94 (setenta e três milhões, duzentos e quarenta e três mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos) à conta da reserva estatutária para investimentos e capital de giro, para o financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades da Companhia, conforme em seu estatuto social. IV. Aprovar, por 11.995.879 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) votos favoráveis, 0 votos contrários e 143.200 (cento e quarenta e três mil e duzentas) abstenções, o número de 7 (sete) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes para compor o Conselho de Administração da Companhia. V. Aprovar, por 11.995.879 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) votos favoráveis, 0 votos contrários e 143.200 (cento e quarenta e três mil e duzentas) abstenções, a eleição dos membros para o Conselho de Administração da Companhia, abaixo qualificados, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, que serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse e das declarações, previstas nos arts. 147 e 149 da Lei das S.A., os quais ficarão arquivados na sede da Companhia: (i) Sergio Alberto Monteiro de Carvalho, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 01.706.709-1 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.260.287-20, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-060, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como respectivo suplente o Sr. Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 11550886-3 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.656.617-04, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22430-060; (ii) Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho, brasileira, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade

n.º 03.917.534-4, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 428.912.807-68, residente e domiciliada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-060, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como respectivo suplente o Sr. Arnor Affonso de Farias Mello Neto, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 10.896.206-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.231.567-83, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 101-A, parte, Leblon, CEP: 22430-060; (iii) Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 05.438.231-2 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 725.095.897-68, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-060, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como respectivo suplente o Sr. Antonio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 10.600.712-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.549.977-61, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 101-A, parte, Leblon, CEP: 22430-060; (iv) Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 27.543.863-6 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 321.680.848-31, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-060, como membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como respectiva suplente a Sra. Ana Maria Monteiro de Carvalho, brasileira, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 3.876.406-4 expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 955.713.968-49, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-060; (v) Roberto Duque Estrada de Sousa, brasileiro, viúvo, advogado, portador da carteira de identidade nº 08.497.769-3 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.468.087-03, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Rua Santa Luzia, nº 651, 33º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-041, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; (vi) Túlio Capeline Landin, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 30.721.310-9 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 286.656.548-79, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 101-parte, Leblon, CEP: 22430-060, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. VI. Aprovar, por 11.995.879 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) votos favoráveis, 0 votos contrários e 143.200 (cento e quarenta e três mil e duzentas) abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil reais) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026, ficando a cargo do Conselho de Administração a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme art. 152 da Lei das S.A. 6.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: VII. Aprovar, por 11.995.879 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) votos favoráveis, 0 votos contrários e 143.200 (cento e quarenta e três mil e duzentas) abstenções, a reforma do Estatuto Social da Companhia, contemplando a alteração da redação dos artigos 2º, 5º, 6º, 7º, 9º, 10, 13, 14, 16 e 17, a exclusão de dispositivos estatutários, com os consequentes ajustes de conteúdo, e a remuneração dos artigos e demais dispositivos estatutários. VIII. Aprovar, por 11.995.879 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) votos favoráveis, 0 votos contrários e 143.200 (cento e quarenta e três mil e duzentas) abstenções, a consolidação do Estatuto Social, já considerando os ajustes previstos acima, nos termos do Anexo I. 7. Documentos: Os documentos submetidos à assembleia pelos acionistas foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e ficam arquivados na sede da Companhia. 8. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a presidente declarou a assembleia encerrada. Foi lavrada a presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026. Mesa: Tania Maria Camilo - Presidente. Ana Carolina Pereira Santos - Secretária. Representante da Administração: Flavia Coutinho Martins - Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores. Representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.: Cären Henriete Macohin - CRC 1PR038429/O-3 “T” SC. Lista de Presença dos Acionistas: Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (p. Tania Maria Camilo). Julia Monteiro de Carvalho (p. Tania Maria Camilo). Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (p. Tania Maria Camilo). Joaquim Alvaro Monteiro de Carvalho (p. Ana Carolina Pereira Santos). Antonio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães (p. Tania Maria Camilo). Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães (p. Tania Maria Camilo). Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães Lima Rocha (p. Ana Carolina Pereira Santos). Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (p. Ana Carolina Pereira Santos). Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit (p. Tania Maria Camilo). Myrna Rita Monteiro de Carvalho Domit (p. Ana Carolina Pereira Santos). Monteiro Aranha Participações S.A. (p. Ana Carolina Pereira Santos). Sociedade Técnica Monteiro de Carvalho S.A. (p. Ana Carolina Pereira Santos). Three O Five Participações S.A. (p. Ana Carolina Pereira Santos). Newton Participações Ltda. (p. Ana Carolina Pereira Santos). Pedro Alberto Guimarães Filho (p. Ana Carolina Pereira Santos). Ana Maria Monteiro de Carvalho como Usufrutuária das ações de propriedade de Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero (p. Tania Maria Camilo). Ana Maria Monteiro de Carvalho como Usufrutuária das ações de propriedade de Mario Bernardo Monteiro de Carvalho Garnero (p. Tania Maria Camilo). Ana Maria Monteiro de Carvalho como Usufrutuária das ações de propriedade de Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnero (p. Tania Maria Camilo). Norio Suzuki (p. Tania Maria Camilo). Iris Miyuki Suzuki Tiba (p. Tania Maria Camilo). Thomas Makoto Suzuki (p. Tania Maria Camilo). Marcos Tomio Suzuki (p. Tania Maria Camilo). Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 27/04/2026 sob o número 00007735049 e demais constantes do termo de autenticação. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.**  
CNPJ/MF nº 33.386.210/0001-19  
NIRE nº 3.330.013.730-1  
**Companhia Aberta**  
**ASSEMBLEIA ESPECIAL DE**  
**TITULARES DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.** (“Companhia”) a se reunirem no dia 29 de maio de 2026, às 09:30 horas, em **segunda convocação**, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 6.404/1976 (“LSA”) e no artigo 11 da Resolução CVM nº 232/2025 (“RCVM 232”), em **Assembleia Especial de Titulares de Ações em Circulação** (“Assembleia”), a ser realizada na sede social da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., na Rua Voluntários da Pátria, nº 45, 8º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDÉM DO DIA**: Deliberar sobre a concessão de anuência para que a Companhia seja classificada como “Companhia de Menor Porte” (“CMP”), nos termos do artigo 11, caput e § 1º, inciso II, da RCVM 232, com a consequente integração da Companhia ao regime de Facilitação do Acesso a Capital e de Incentivos a Listagens – FÁCIL, ficando desde já autorizada a administração da Companhia a: (a) adotar todas as providências necessárias à implementação da referida classificação perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”) e a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), conforme aplicável; e (b) praticar todos os atos, firmar documentos, declarações e requerimentos que se mostrem necessários ou convenientes para dar pleno cumprimento às deliberações aprovadas nesta Assembleia. **Informações Gerais:** 1. Para os fins da RCVM 232, a classificação da Companhia como CMP depende de deliberação favorável da maioria dos titulares de ações em circulação presentes na Assembleia. Consideram-se “ações em circulação”, para esse fim, nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022 (“RCVM 81”), todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas aquelas de titularidade do controlador, de pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria. Considera-se “pessoa vinculada” qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos que atue representando o mesmo interesse da pessoa ou entidade à qual se vincule; 2. Na presente data, a Companhia não possui valores mobiliários representativos de dívida em circulação, razão pela qual não se aplica a exigência de obtenção de anuência dos respectivos titulares, prevista no art. 11, § 3º, da RCVM 232; 3. Comunicamos aos Senhores Acionistas que se enquadram nos termos do item 1 acima, para os fins do art. 10 da RCVM 81, que os documentos relacionados a este Edital se encontram, na presente data, à disposição na sede Companhia, bem como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia https://www.sondotecnica.com.br/sobre-nos/relacaocom-investidores/; 4. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, além do documento de identificação, conforme o caso: a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ ou c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 5. A Companhia adotará o voto à distância na realização da Assembleia, nos termos da RCVM 81, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia. Os acionistas que optarem por remeter o boletim de voto à distância (“BVD”) diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até 25/05/2026, para o endereço eletrônico ri@sondotecnica.com.br, vias digitalizadas em formato PDF do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o envio das vias físicas. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. 6. A Companhia considerará válidas as instruções de voto recebidas por meio do respectivo BVD, originalmente indicadas para a primeira convocação, uma vez que a instalação da Assembleia, em segunda convocação, não ultrapassará 30 (trinta) dias da data em que a Assembleia em primeira convocação seria realizada, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da RCVM 81. Caso o acionista deseje alterar as instruções de voto previamente enviadas, deverá encaminhar novo BVD, observado o procedimento e os prazos previstos neste edital, hipótese em que o novo BVD substituirá integralmente o anterior. 7. Os acionistas poderão obter todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração, mediante solicitação através de e-mail ri@sondotecnica.com.br. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026.

**Daniel Bergman**  
Presidente do Conselho de Administração